

# Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura<sup>1</sup>

Norman Long

Jan Douwe van der Ploeg

Tradução: Rita Pereira, Daniela Garcez e Leandro Krug Wives

Revisão técnica: Sergio Schneider

## Introdução

Nos últimos anos, têm sido despendidos grandes esforços buscando reconciliar análises estruturais dos processos de desenvolvimento com análises orientadas aos atores. Porém, tais tentativas têm sido prejudicadas pela incapacidade em reformular os conceitos essenciais dessa proposta de união. Uma característica central que enfraquece essa união não consumada é a suposição ingênua de que é possível integrar, simplesmente, os conceitos de "ator" e "estrutura" retirados de antigos textos teóricos em um esquema ou síntese nova, sem reconstituí-los significativamente. Isso se aplica especialmente a noções de estrutura e a determinantes ou restrições estruturais, mas também se refere ao uso das noções de ator e agência.<sup>2</sup>

Este capítulo explora novamente essa questão e defende a introdução de uma abordagem teórica mais direta e mais desenvolvida orientada aos atores, a qual — oferecendo uma nova conceitualização de estrutura — pode ajudar a transpor esse impasse teórico. Apesar de ilustrarmos nossos argumentos através da referência a fenômenos agrários, acreditamos que o que temos a dizer tem implicações importantes no desenvolvimento de uma teorização sociológica mais adequada do desenvolvimento e da mudança social.<sup>3</sup> Na conclusão do capítulo, as pesquisas e conceitos orientados aos atores são distanciados do neopopulismo tal como desenvolvido nos trabalhos atuais sobre métodos de pesquisa participativos e estratégias *farmer-first*.

<sup>1</sup> Este capítulo é traduzido do original, em língua inglesa (Long e Ploeg, 1994, p. 62-90).

<sup>2</sup> Por outro lado, o tipo de solução proposto por Giddens (1979 e 1984) que concebe ator e estrutura como parte de uma entidade composta e, conseqüentemente, falha em especificar precisamente os relacionamentos entre os dois, continua sendo teoricamente problemático.

<sup>3</sup> Partes deste capítulo se baseiam livremente em argumentos prévios que avançamos. Ver Long (1990), Long e Long (1992), Ploeg (1990) e Roep *et al.* (1991).

## Modelos estruturais de desenvolvimento

Antes de explicar a fundamentação meta-teórica de uma análise orientada aos atores, é necessário apresentar uma breve retrospectiva esquemática dos modelos estruturais de desenvolvimento. Apesar das diferenças ideológicas óbvias e das armadilhas teóricas, os dois modelos estruturais dominantes, a teoria da modernização e a teoria neomarxista, têm semelhanças paradigmáticas. Essas semelhanças apontam para certas fraquezas analíticas comuns.

A teoria da modernização concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção a formas tecnológica e institucionalmente mais complexas e integradas da "sociedade moderna". Esse processo é desenvolvido e mantido através de um envolvimento crescente em mercados de *commodities* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para partes menos desenvolvidas. Dessa forma, a sociedade tradicional é impulsionada para o mundo moderno e, gradualmente, ainda que com algumas crises institucionais (que são normalmente referidas como obstáculos sociais e culturais à mudança), sua economia e estruturação social adquirem os ornamentos da modernidade.

Por outro lado, as teorias neomarxistas acentuam a natureza expropriativa desses processos, atribuindo-os à tendência expansionista inerente ao capitalismo mundial, e à sua constante necessidade de abrir novos mercados, aumentar o nível de obtenção de excedentes e de acumular capital. Aqui a imagem é a de interesses capitalistas, estrangeiros e nacionais, modos ou relações de produção subordinativas não capitalistas (e provavelmente destrutivas em longo prazo) e da vinculação dos países em uma rede de dependências econômicas e políticas. Apesar de a regulação do tempo e do grau de integração dos países na política econômica mundial ter variado, a consequência é estruturalmente semelhante: eles são forçados a se juntar à irmandade de nações em termos determinados não por eles mesmos, mas por seus parceiros industriais mais ricos e politicamente mais fortes. Embora essa teoria neomarxista contenha em si uma variedade de escolas de pensamento, em essência, a mensagem central é a mesma. Ou seja, os padrões de desenvolvimento podem ser melhor explicados dentro de um modelo genérico de desenvolvimento capitalista em escala mundial.<sup>4</sup>

Essas duas perspectivas representam posições ideologicamente opostas. A primeira adere a um ponto de vista reconhecido como liberal e acredita, em última instância, nos benefícios do gradualismo e no efeito de transbordamento (*trickle-down effect*). A segunda adota um ponto de vista considerado radical e concebe o desenvolvimento como um processo inerentemente desigual, envolvendo a exploração continuada das sociedades periféricas. Ainda, em outro

<sup>4</sup> Estamos aqui obviamente revisando rapidamente todas as complexidades envolvidas na distinção entre posições estruturalistas, dependentistas e neomarxistas. A literatura da América Latina é particularmente interessante uma vez que tem gerado, a partir dos anos 1950, uma tradição teórica endógena rica sobre a teoria do desenvolvimento. Isso inclui a escola estruturalista de Prebisch e outros que desafiaram as teorias econômicas neoclássicas existentes, vários escritores dependentistas (reformistas e dependentistas marxistas) assim como teóricos marxistas mais ortodoxos. De fato, como Kay (1989, p. 126) comenta acerca da literatura dependentista — deixando o resto de lado — "é como se confrontado com uma Torre de Babel. Qualquer tentativa de discutir todas essas posições é carregada de dificuldades já que somos forçados a ser seletivos em relação aos autores e às questões". O livro de Kay sobre as teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina (1989) constitui um relato elaborado deste trabalho sobre a periferia.

nível, os dois modelos são similares no sentido em que ambos concebem o desenvolvimento e as mudanças sociais como emergindo primeiramente dos centros de poder sob a forma de intervenções pelo estado ou por interesses internacionais, e seguindo um caminho determinado e abrangente de desenvolvimento, guiado por estágios de desenvolvimento ou pela sucessão de modos de produção dominantes. Essas forças externas restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas. Nesse sentido, não parece importar muito se a hegemonia do estado é baseada na ideologia capitalista ou na ideologia socialista: a verdade é que sempre ocorrem tendências similares em busca de uma crescente incorporação e centralização.

Ambos os modelos são contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais.<sup>5</sup> Nossa síntese dos seus pontos de vista simplifica e, talvez caricaturizam os seus argumentos, mas acreditamos que uma leitura cuidadosa da literatura relevante levará à conclusão de que eles compartilham um conjunto comum de crenças paradigmáticas. Esta argumentação é também suportada por uma comparação analítica recente das escolas de comercialização (isto é, modernização) e mercantilização nos estudos do desenvolvimento agrário (ver Long e Ploeg, 1988; Vandergest, 1988).

## Um paradigma orientado aos atores

Apesar de seus argumentos não serem particularmente bem explicitados na literatura relativamente recente sobre desenvolvimento, sempre existiu uma abordagem que se opõe à análise estrutural. Essa abordagem é designada de paradigma orientado aos atores. A base (explícita e implícita) desse interesse nos atores sociais é a convicção de que, embora seja verdade que certas mudanças estruturais resultam do impacto de forças externas (devido à intromissão do mercado ou do estado), é teoricamente insatisfatório fundamentar qualquer análise no conceito de determinação externa. Todas as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos da vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, por isso elas são mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais. Da mesma forma, as forças sociais remotas e de larga escala alteram de fato as chances de vida e os comportamentos dos indivíduos, e elas só podem fazê-lo através da configuração, direta ou indireta, das experiências e percepções da vida cotidiana dos indivíduos em questão. Por conseguinte, tal como James Scott (1985) defende:

<sup>5</sup> Não há dúvida de que estas afirmações serão consideradas por alguns como imprudentes e generalistas, já que é possível citar alguns trabalhos que evitam pelo menos algumas destas falhas. Por exemplo, os melhores estudos neomarxistas e dependentistas enfatizam a importância de padrões internos de exploração e as relações de classe ou étnicas, dão atenção a processos históricos reais (ao invés de idealizados) e tentam evitar formulações funcionalistas ou deterministas. Porém, em que pese essas ressalvas, acreditamos que a concepção geral permanece tal como a descrevemos.

Somente capturando a experiência de alguma coisa, em sua plenitude, seremos aptos a dizer algo de significativo sobre como um dado sistema econômico influencia aqueles que o constituem e o mantêm ou suplantam. E, é claro, se isso é verdadeiro para o campesinato ou para o proletariado, é absolutamente verdadeiro para a burguesia, a pequena burguesia e mesmo para o *lumpenproletariado* (Scott, 1985, p. 42).

Portanto, é necessário seguir uma abordagem mais dinâmica para o entendimento das mudanças sociais, a qual saliente a interação e determinação mútua de fatores e relações internas e externas, e reconheça o papel principal desempenhado pela ação e pela consciência humanas.<sup>7</sup> Talvez uma das formas de conseguir isso seja através da aplicação dos tipos de análises orientadas aos atores que eram comuns na sociologia e antropologia gerais por volta do final dos anos 1960 e início dos 1970. As abordagens orientadas aos atores variam de modelos transacionais e de tomada de decisão à análise interacionista simbólica e fenomenológica. Uma vantagem da abordagem orientada aos atores é que ela parte de um interesse em explicar respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas. Portanto, se presume que os padrões diferenciais que emergem são, em parte, criados pelos próprios atores. Os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas. Os caminhos exatos da mudança e seu significado para os envolvidos não podem ser impostos pelo exterior, nem podem ser explicados em termos da prática de uma estrutura lógica inextricável, como aquela implícita no modelo de De Janvry (1981) de "periferia desarticulada".<sup>8</sup> Os diferentes padrões de organização social que emergem resultam das interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os diversos tipos de atores. Os últimos incluem não só as lutas presentes em determinados encontros face a face, mas também as ausentes, mas que não obstante influenciam a situação, afetando ações e resultados. Posto isto, é necessário, porém, realçar as deficiências de diversos tipos de abordagens orientadas aos atores promovidas nos anos 1960 e 1970, especialmente por antropólogos (ver Long, 1977, p. 105-143). Numa tentativa de combater as visões culturalistas e estruturalistas simples das mudanças sociais, estes estudos se concentraram no comportamento inovador de empresários e agentes econômicos, em processos individuais de tomada de decisão ou nas formas como os indivíduos mobilizavam recursos através da construção de redes sociais. Porém, muitos desses estudos foram insuficientes devido à sua tendência em adotar uma visão voluntarista dos processos de tomada de decisão e das estratégias transacionais que davam um peso insuficiente à análise de como as escolhas individuais eram formadas por estruturas maiores de significado

<sup>6</sup> Classe mais baixa e desprezível da sociedade, segundo Marx, composta pelos vagabundos, marginais e improdutivos (N.T.).

<sup>7</sup> Apesar de talvez ser melhor evitar escrever sobre fatores externos e internos, ao discutir a intervenção, torna-se difícil omitir completamente de nossa conceitualização essa visão dicotomizada, pois a própria intervenção se baseia nesse tipo de distinção. Para discussões mais elaboradas sobre esse ponto, ver Long e Ploeg (1989).

<sup>8</sup> Para uma avaliação crítica da abordagem da lógica do capital de De Janvry e do seu argumento de que o estado age como um instrumento para resolver as crises da acumulação capitalista, ver Long (1988, p. 108-114).

e ação (isto é, por disposições culturais, ou pelo que Bourdieu (1981, p. 305) designou de *habitus* ou "história personificada", e pela distribuição de poder e recursos num plano mais vasto). E alguns estudos fracassaram por adotarem uma forma extrema de individualismo metodológico que procurava explicar o comportamento social primeiramente em termos de motivações, intenções e interesses individuais.<sup>9</sup>

Outro tipo de pesquisa orientada aos atores — especialmente desenvolvida por cientistas sociais e economistas, mas também utilizada por alguns antropólogos econômicos (como Schneider, 1974) — é a que usa um modelo generalizado de escolha racional baseado em um número limitado de axiomas, tais como a maximização das preferências ou da utilidade. Enquanto os tipos de análise orientada aos atores acima referidos tendem a tratar a vida social e, especialmente, as mudanças sociais como essencialmente reductíveis às ações constitutivas dos indivíduos, a abordagem da escolha racional propõe um modelo universal, cujas "características centrais codificam as propriedades fundamentais do comportamento humano" (Gudeman, 1986, p. 31). A objeção principal a essa proposta é, obviamente, que ela oferece um modelo etnocêntrico ocidental de comportamento social baseado no individualismo do "homem utilitário", que ignora de forma opressora as especificidades da cultura e do contexto.

### A importância central do conceito de agência

Numa tentativa de melhorar formulações anteriores, muitos autores voltaram atrás reconsiderando a natureza essencial e a importância da agência humana. Essa noção reside no centro de todos os paradigmas revitalizados de atores sociais e forma o eixo em torno do qual giram as discussões que pretendem conciliar as noções de estrutura e de ator. Mas antes de espor essas discussões, é importante salientar que a questão da agência não foi simplesmente confinada a um círculo de teóricos e seu público sociológico, mas também penetrou em trabalhos empíricos recentes de antropologia (Smith, 1989), ciência política (Scott, 1985), análise de políticas (Elwert e Bierschenk, 1988) e história (Stern, 1987).

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (fáticas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são "detentores de conhecimento" e "capazes". Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas (Giddens, 1984, p. 1-6).

Giddens (1984, p. 9, 14) destaca que a agência não diz respeito às intenções que as pessoas têm para fazer determinadas coisas — a vida social é cheia de diferentes tipos de consequências involuntárias com ramificações variáveis —, "mas primeiramente à sua capacidade de fazer essas coisas [...] A ação depende da capacidade do indivíduo de 'causar uma mudança

<sup>9</sup> Esta posição tem sido severamente criticada, especialmente por escritores marxistas (ver Alavi, 1973; Foster-Carter, 1978, p. 244).

em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente". Isso implica que todos os atores (agentes) exercem um determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posições de extrema subordinação. Como Giddens (1984, p. 16) argumenta, "todas as formas de dependência oferecem alguns recursos com os quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades dos seus superiores". E dessa forma eles participam ativamente (apesar de nem sempre no nível de consciência discursiva) na construção de seus próprios mundos sociais, apesar de, como Marx (1962, p. 252) nos previne, as circunstâncias que eles encontram não serem simplesmente fruto de sua própria escolha.

É importante enfatizar que a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. Por conseguinte, a agência requer capacidades de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A capacidade de influenciar os outros ou de transmitir uma ordem (por exemplo, fazer com que os outros aceitem determinada mensagem) reside fundamentalmente nas "ações de uma cadeia de acontecimentos, que cada um traduz de acordo com seus próprios projetos [...] e o poder é composto, aqui e agora, pela associação de muitos atores em um dado esquema político e social" (Latour, 1986, p. 264). Em outras palavras, a agência (e o poder) depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam, parcialmente (quase nunca completamente), envolvidos nos projetos e práticas de outro indivíduo ou indivíduos. Por conseguinte, a agência efetiva requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (como reivindicações, ordens, bens, instrumentos e informação) através de certos pontos fundamentais de interação. Clegg (1989) apresenta essa ideia da seguinte forma:

Para alcançar a agência estratégica é necessário disciplinar o entendimento de outras agências: na melhor das hipóteses, do ponto de vista do estrategista, essas outras agências se tornarão meramente recursos autoritários, extensões da agência estratégica (Law, 1986, p. 16). Os interesses que essas agências de recurso possam ter seriam (em casos extremos) exclusivamente aqueles que a agência estrategicamente subordinativa lhes atribuisse (Clegg, 1989, p. 199).

Para realizar isso, torna-se essencial que os atores sociais vençam as lutas que ocorrem sobre a atribuição de significados sociais específicos a determinados acontecimentos, ações e ideias. Vistos a partir dessa perspectiva, os modelos (ou ideologias) específicos de intervenção tornam-se armas estratégicas nas mãos das instituições e das pessoas encarregadas da promoção do desenvolvimento.

Reconhecendo que os atores são o centro das decisões e das ações, Hindess (1986, p. 115-119) desenvolve ainda mais esta discussão, salientando que a tomada de decisões implica o uso implícito ou explícito de "meios discursivos" na formulação de objetivos e na apresentação dos argumentos para as decisões tomadas. Esses meios ou tipos de discurso variam e não são simplesmente características inerentes aos próprios atores: eles formam uma parte do estoque diferenciado de conhecimento e de recursos à disposição dos atores de diferentes tipos. Uma vez que a vida social não é nunca tão uniforme ao ponto de ser baseada em um único tipo de discurso, os atores, mesmo que suas escolhas sejam limitadas,

sempre encontram formas alternativas de formular seus objetivos e de preparar modos específicos de ação.

É importante perceber aqui que o reconhecimento de discursos alternativos usados pelos atores (ou à disposição deles) desafiam tanto, por um lado, a noção de que a racionalidade é uma propriedade intrínseca do ator individual, como, por outro, a ideia de que esse reconhecimento simplesmente reflete a posição estrutural do ator na sociedade. Todas as sociedades contêm um repertório de estilos de vida, formas culturais e racionalidades diferentes que seus membros utilizam em sua busca por ordem e significado, e de cuja afirmação ou reestruturação eles mesmos participam (intencionalmente ou não). Consequentemente, as estratégias e construções culturais aplicadas pelos indivíduos não surgem do nada, mas são sim retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais) que são, até certo ponto, partilhados com outros indivíduos, contemporâneos e talvez antecessores. É nesse momento que o indivíduo é, de certa forma, metaforicamente transformado no ator social, o que significa que o ator social é socialmente construído ao invés de ser simplesmente um sinônimo do indivíduo ou um membro da raça dos *homo sapiens*. Também é necessário distinguir dois tipos diferentes de construção social associados ao conceito de ator social: o primeiro é culturalmente endógeno, por ser baseado nos tipos de representações característicos da cultura na qual o ator particular está enraizado; e o segundo surge das categorias e orientações teóricas dos próprios pesquisadores (e é claro que também é essencialmente cultural, uma vez que será provavelmente associado a uma escola específica de pensamento e a uma comunidade de acadêmicos).

A construção social dos atores é, então, suportada meta-teoricamente pela noção de agência. Mas embora possamos considerar que sabemos perfeitamente o que entendemos por cognoscibilidade e capacidade — os dois elementos principais de agência identificados por Giddens — esses conceitos devem ser traduzidos culturalmente para que sejam significativos na sua totalidade.

Não devemos, então, presumir (mesmo que seja possível, por exemplo, apresentar evidências de uma crescente mercantilização e ocidentalização) que existe uma interpretação constante e universal de agência em todas as culturas. Essa interpretação varia na sua racionalidade e construção. Quanto a isso, é importante mencionar o que Marilyn Strathern (1985, p. 65) chama de "teorias nativas da agência". As noções de agência são construídas de forma diferente em culturas diferentes e em segmentos diferentes da mesma sociedade — por exemplo, entre camponeses e populações urbanas, na burocracia, na religião e nas forças armadas.

Tais diferenças realçam a importância de examinar como as noções de agência (cognoscibilidade e capacidade) são constituídas culturalmente de forma distinta e afetam o gerenciamento das relações interpessoais e os tipos de controle que os atores podem desenvolver uns com relação aos outros. No campo do desenvolvimento rural, isso significa analisar como as concepções diferenciadas de poder, influência, conhecimento e eficácia podem modelar as repostas e estratégias dos diferentes atores (por exemplo, camponeses, trabalhadores de desenvolvimento, proprietários de terras, representantes do governo local). É também necessário abordar a questão de até que ponto as noções de agência, que diferem de acordo com o tipo de política que está sendo adotada, podem ser impostas aos grupos locais. Aqui temos em

mente, por exemplo, os conceitos de "participação", "direcionamento aos pobres" ou "o papel do agricultor progressista" no desenvolvimento planejado.<sup>10</sup>

Embora possa parecer que a quintessência da agência humana é personificada no indivíduo, os indivíduos isolados "não são as únicas entidades que tomam decisões e agem de acordo com essas decisões. As empresas capitalistas, as agências estatais, os partidos políticos e as organizações religiosas são exemplos de atores sociais: todos eles têm meios para formular e chegar a decisões e para agir pelo menos de acordo com uma delas" (Hindess, 1986, p. 115). Porém, como Hindess defende ainda, o conceito de ator não deveria ser usado para designar coletividades, aglomerados ou categorias sociais que não têm formas discerníveis de formular ou de levar a cabo decisões. A sugestão, por exemplo, de que a "sociedade", no sentido global do termo, ou as classes e outras categorias sociais baseadas na etnia ou gênero, tomam decisões e tentam implementá-las significa atribuir a essas entidades, de forma incorreta, as qualidades da agência.<sup>11</sup> Isso também leva à materialização de esquemas de classificação que formam parte do aparato conceptual que um indivíduo ou organização utilizam para processar o mundo social ao seu entorno e no qual as ações desenvolvidas são baseadas. Portanto, devemos ter o cuidado de restringir nosso uso do termo 'ator social' somente àquelas entidades sociais às quais podem ser claramente atribuídas as qualidades da agência.

A discussão anterior serviu, esperamos, para clarificar por que o conceito de agência é de uma importância teórica central. Como sugerimos anteriormente, uma abordagem orientada aos atores começa com a simples ideia de que formas sociais diferentes desenvolvem-se sob as mesmas circunstâncias ou sob circunstâncias similares. Essas diferenças refletem variações nas formas como os atores tentam lidar, cognitivamente e organizacionalmente, com as situações que encontram. Por conseguinte, uma compreensão dos padrões diferentes de comportamento social deve ser baseada em termos de "sujeito(s) ativo(s) e conhecedor(es)" (Knorr-Cetina, 1981, p. 4), e não meramente vista como uma consequência do impacto diferencial de forças sociais extensas (tais como a variação ecológica ou demográfica ou a incorporação diferencial no capitalismo mundial). Uma tarefa principal dessa análise, portanto, é identificar e caracterizar estratégias e lógicas divergentes de atores, as condições sob as quais elas surgem, sua viabilidade ou efetividade na resolução de problemas específicos e suas consequências sociais. O último aspecto levanta diversas questões-chave adicionais – entre outras, a necessidade de ter uma noção de estruturas emergentes que surgem como resultados combinados das consequências intencionais e não intencionais da ação social. Retomaremos essa questão mais adiante.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Existe também o difícil problema epistemológico, identificado por Fardon (1985, p. 129-130; 1984), de impor nosso próprio modelo analítico ('universal') de agência nos nossos dados de pesquisa, mesmo que nossa intenção seja "abrir a consciência reflexiva e a agência dos [próprios] sujeitos". Assim, na explicação ou tradução da ação social, é possível confundir a agência ou intencionalidades daqueles que estudamos com nossas próprias noções "comuns" ou conceitos teóricos.

<sup>11</sup> Compare isso com o que é designado de 'falácia ecológica', em que os argumentos baseados em dados agregados relativos a áreas geográficas são estendidos para produzir inferências sobre as características de indivíduos vivendo nessas mesmas áreas. Para um relato de como isso pode levar a decisões erradas de desenvolvimento, ver Bulmer (1982, p. 64-66).

<sup>12</sup> Para um tratamento desses elementos essenciais, ver Long (1989, p. 226-231).

## O significado teórico de uma perspectiva orientada aos atores para a análise do desenvolvimento agrário

Aplicada aos estudos sobre as mudanças agrárias, a abordagem orientada aos atores salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento agrário. Apesar de suas escolhas serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos críticos, os agricultores não devem ser vistos como os receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvidos na rotina que simplesmente seguem regras ou convenções estabelecidas. Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas. Eles também tentam criar espaço para seus próprios interesses de forma que possam se beneficiar de – ou, se necessário, neutralizar – intervenções por grupos externos ou agências. De fato, como Goran Hyden (1980) observa relativamente à Tanzânia, os camponeses continuam, na sua maioria, resistindo ao Estado, por ser extremamente difícil para o governo central impor seu controle sobre agregados familiares semi-independentes e parcialmente autossuficientes (ver Moore, 1973 e Spittler, 1983 para um ponto de vista similar). Como James Scott (1985, p. 304-305) retrata de forma expressiva em sua monografia sobre a Malásia e sobre a truculência, ironia e falta de conformidade dos camponeses, outra tarefa igualmente impossível é a imposição pelas classes dominantes de sua própria visão de uma ordem social justa, não só relativamente ao comportamento das classes subordinadas mas também relativamente à sua consciência. Para resumir, as últimas continuam operando seus próprios projetos, mesmo que esses sejam meras imagens opostas dos modelos programados pelas primeiras.

Como já foi salientado, nos modelos orientados aos atores dos anos 1960 e início dos 1970, uma pressuposição comum era a noção de que diferentes padrões sociais podem se desenvolver sob as mesmas circunstâncias estruturais. A significação teórica geral dessa pressuposição para o estudo das mudanças agrárias foi apenas demonstrada em trabalhos posteriores (ver, por exemplo, DeWalt, 1979, p. 9-22; Bennett, 1980; Long, 1984; Ploeg, 1990). A questão central aqui, como DeWalt defende no seu estudo de um *ejido* mexicano, é conseguir explicar como

[...] a variação intra-cultural nas estratégias adaptativas de produção dessas pessoas constitui, de fato, um corpo de possibilidades comportamentais (Pelto e Pelto, 1975, p. 14). Algumas dessas possibilidades se tornarão mais generalizadas nos próximos anos, outras irão desaparecer completamente e outras ainda continuarão a atrair uma minoria de adeptos (DeWalt, 1979, p. 268-269).

Por conseguinte, uma das tarefas do pesquisador continua sendo a de investigar as causas desses padrões diferenciais e identificar suas consequências organizacionais e outras.

O desenvolvimento agrário é um processo multifacetado, complexo e contraditório que confronta o pesquisador com diversas questões complicadas, sendo uma delas como relacionar a heterogeneidade com o problema da agregação e como lidar com as relações micro-macro,

No nosso programa de pesquisa da Universidade Agrícola de Wageningen, temos tentado abordar alguns destes problemas metodológicos ao longo dos anos.

A busca pela compreensão da heterogeneidade é uma característica-chave de nosso trabalho. Porém, esse trabalho não analisa a variação como um desvio de um determinado modelo médio, ótimo ou genérico, baseado nos princípios do mercado (como encontramos na microeconomia, por exemplo, de Bennett e Kanel, 1983, p. 217-231, e nas teorias neomarxistas, por exemplo, de Friedmann, 1981; Gibbon e Neocosmos, 1985; Bernstein, 1986) ou em outros critérios normativos (como no estrutural-funcionalismo; para uma crítica, ver Velsen, 1964). Nestas abordagens padronizadas, pressupõe-se que tais modelos constituem um padrão de medida para explicar (seria preferível dizer "eliminar") as exceções. Uma perspectiva orientada aos atores, pelo contrário, parte do pressuposto de que diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isto é, os agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola. Muitas vezes esses projetos (que acarretam modelos de ação) são, de certo modo, respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ou de agronegócio. O resultado desta gama de práticas reflete-se na impressionante heterogeneidade agrícola existente, que pode ser analisada em aglomerados de estilos específicos de agricultura (Hofstee, 1985; Ploeg, 1990), cada um sendo o *opus operatum* dos projetos dos agricultores.

nômicas, institucionais, tecnológicas e ecológicas houve um aumento na diversidade entre agricultores familiares. Conforme indica a Figura 1 (considerando a relação entre escala e intensidade), algumas unidades de agricultores familiares sofreram um processo persistente de intensificação continuada (e, em grande medida, autosustentável), enquanto outras, operando precisamente sob as mesmas condições objetivas, tenderam em direção a um aumento gradual em escala e relativa extensificação. A explicação dessas diferenças marcantes através das abordagens convencionais da análise da estrutura agrária não foi satisfatória (ver Ploeg, 1986). Assim, a explicação mais convincente foi encontrada na ação estratégica e centrada em objetivos dos agricultores, nas suas respostas organizacionais às circunstâncias do cotidiano e na rede de relações que eles e outros atores construíram entre suas empresas agrícolas, mercados e agências de mercado. Aos níveis elevados de mercantilização e institucionalização foi associada uma tendência para a expansão em escala, enquanto graus mais elevados de autonomia *vis-à-vis* o ambiente econômico e institucional foram relacionados com a intensificação da produção agrícola baseada principalmente em um aumento na quantidade e qualidade do trabalho agrícola. Por conseguinte, os fatores decisivos não foram os mercados em si nem as instituições que se impunham sobre as empresas agrícolas, mas sim as inter-relações múltiplas e altamente variáveis estabelecidas entre os agricultores e seu ambiente econômico e institucional. Tais relações de produção "estendidas" não poderiam ser vistas como um conjunto desmembrado de condições externas, já que elas eram consequências das interações e lutas contínuas ocorrendo entre os atores específicos envolvidos.

### Estilos de agricultura e lutas de classificação

As pesquisas sobre a atividade leiteira holandesa destacam outro ponto importante. Esse ponto consiste no fato de a articulação da unidade agrícola com o ambiente político-econômico não poder ser compreendida dentro de uma estruturação metodológico-individualista, que conceitua os agricultores como tomadores de decisão independentes, nem num enquadramento estruturalista, que dá prioridade à forma como as forças externas moldam a prática agrícola. Quando confrontados com questões de escala e intensidade, os agricultores são capazes - quando solicitados a fazê-lo - de explicar as distinções sociais que usam para dar sentido às muitas diferenças que percebem nas práticas agrícolas locais. A representação dessas interpretações em mapas sociais cognitivos nos ajuda a visualizar diferentes estilos de agricultura, aos quais são atribuídas posições relativas e dadas categorizações verbais específicas (Figura 2). Este mapa social evoca os primeiros e conhecidos trabalhos de Bennett (1980, p. 210-216), mas com uma diferença principal. Enquanto as classificações da população apresentadas por Bennett (1980, p. 214) incluíam um eixo de valor de competências diagonal, em que o canto superior direito da matriz tinha valor positivo e o canto inferior esquerdo negativo, essa ordem normativa não existia nas classificações dos produtores de leite holandeses, sugerindo que eles consideravam que cada estilo era igualmente válido como modelo de prática agrícola.

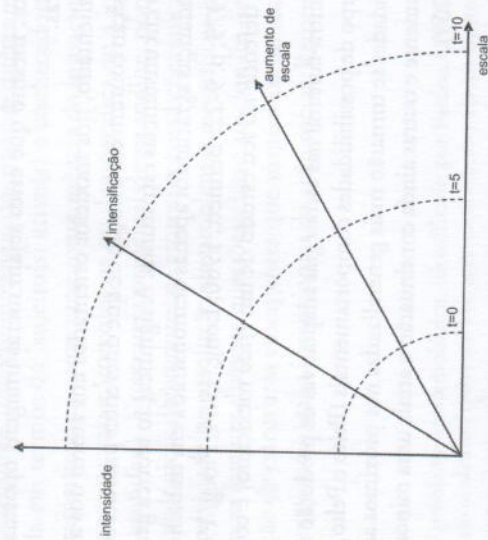


Figura 1: Diversidade de respostas entre agricultores familiares. Fonte: Ploeg, 1986.

Um levantamento em larga escala realizado na Itália, cobrindo um período de dez anos, revelou que em regiões agrícolas homogêneas onde existiam as mesmas condições gerais eco-

Estas são as questões em jogo para os agricultores e organizações de agricultores. Não é necessário dizer que as agências estatais e seu pessoal se engajam em lutas de classificação similares na tentativa de promover suas próprias definições e projetos. As agências estatais tendem a ser fortemente ligadas aos princípios da tendência econômica agrária predominante, assim como ao tecnocentrismo, realizando projeções unilineares sobre parâmetros externos, tais como a expansão do mercado, a competitividade, o progresso tecnológico, o aumento em escala e a redução de custos.<sup>13</sup> A partir disso, essas agências criam o modelo da "unidade agrícola de vanguarda", geralmente identificada com a empresa moderna, de larga escala e altamente intensificada, correspondendo estreitamente à categoria dos "agricultores ideais", criada pelos agricultores. Durante as últimas décadas, esse modelo tornou-se o padrão normativo para conceber políticas agrárias e para elaborar esquemas de classificação correntes nas agências estatais da Holanda. De acordo com esse esquema, as unidades de vanguarda são seguidas por "unidades agrícolas médias" (que se presume estarem em um ponto intermediário do mesmo caminho de crescimento das de vanguarda) e um grupo amorfo das chamadas "pequenas unidades agrícolas".

Apesar de não podermos entrar em detalhes aqui, os esquemas de classificação aplicados pelas agências estatais se inter-relacionam de formas específicas com vários projetos de agricultores, enquanto a natureza destas relações se torna, cada vez mais, um objeto de debate e luta. Os esquemas de classificação usados pelas agências estatais, que o agronegócio também adota para seus próprios propósitos, constituem grades para a alocação de recursos aos diferentes tipos de unidades agrícolas. Através de um exercício considerável de poder — especialmente quando seus projetos convergem e se reforçam uns aos outros — as agências estatais e os grupos de agronegócio afunilam recursos de forma a ajustá-los positivamente aos padrões ou estilos de agricultura que eles desejam promover. Desta forma, os esquemas de classificação específicos promovidos pelo estado e pelo agronegócio (frequentemente apoiados pelas ciências agrárias) são transformados em projetos sociopolíticos ou político-econômicos que pretendem organizar a prática agrícola, as relações internas entre unidades agrícolas e empresas (De Rooij, 1992) e a relação entre as empresas agrícolas e os mercados e instituições externas.

Esses projetos, que implicam distribuições específicas de potencialidades e restrições (econômicas, legais, tecnológicas e socioculturais) — têm um impacto inegável na população agrícola. Especialmente em retrospecto, eles parecem tão fortes que são frequentemente elevados a ou materializados em estruturas *sui generis*. Portanto, os projetos das agências estatais e de agronegócio são garantidos (e/ou interpretados como uma expressão de processos universais) e os mecanismos através dos quais eles operam são definidos como representando um *modus operandi* com o poder de determinar ou moldar a prática agrícola. Assim se estabelece uma ligação direta entre "estrutura" e "conduta", política e resultados, sendo obscurecida a questão importante de que as "estruturas" particulares de fato compreendem (isto é, são totalmente produzidas e reproduzidas através de) a interconexão entre projetos e práticas específicas.

<sup>13</sup> É claro que isto não implica que se possa atribuir um projeto uniforme ao estado ou a agências particulares do estado. Os representantes do governo tentam defender seus próprios interesses políticos ou pessoais e adotam, frequentemente, um pragmatismo que pretende se adequar a representantes e instituições concorrentes, a interesses de agricultores ou a circunstâncias locais. Por isso, é importante enfatizar a natureza altamente diferenciada e complexa da prática e do discurso administrativo (ver Arce, Villarreal e De Vries, 1994).

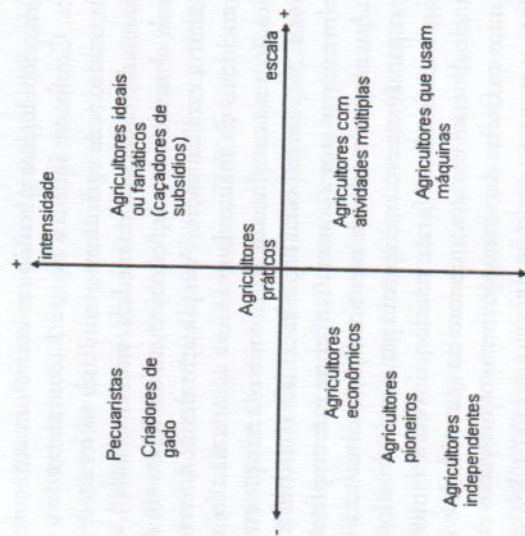


Figura 2: Mapa social dos estilos de agricultura  
Fonte: Derivado dos estudos sobre a atividade leiteira em Veenweiden e Achterhoek na Holanda (Ploeg e Roep, 1990; Roep *et al.*, 1991).

Isto não implica, é claro, a negação de que estão acontecendo batalhas (abertamente ou de forma indireta e implícita) para fazer avançar interesses sociais e imagens particulares (o que Bourdieu, 1984, p. 479-484, chama de 'lutas de classificação').

Mais propriamente, não existe simplesmente um consenso sobre "a melhor forma de praticar agricultura": a maioria dos agricultores está convencida de que todos os estilos de agricultura são legítimos e podem gerar uma boa renda e perspectivas de longo-prazo. Eles também salientam que são, sobretudo, as políticas estatais que são críticas para o futuro da agricultura em geral e de suas propriedades em particular, e que os pontos principais de debate e de luta são: em primeiro lugar, como organizar o mercado de forma a torná-lo em um conjunto de oportunidades econômicas; em segundo lugar, como controlar o desenvolvimento tecnológico, necessariamente envolvendo projetos que se ajustem melhor a estilos particulares de agricultura; e, em terceiro lugar, como desenvolver legislação (incluindo distribuições específicas de direitos, benefícios, sanções e restrições). Ou seja, os agricultores estão preocupados com questões relacionadas com as inter-relações, ajustes e conflitos que surgem entre seus projetos e os projetos do estado. Por isso eles se questionam acerca de coisas como: quais são os projetos agrícolas que melhor correspondem aos planos do governo? Será que a organização dos mercados, o desenvolvimento tecnológico e a legislação continuarão a ter como pivô central o autodefinido "agricultor ideal", ou será que irá surgir alguma diferenciação que crie espaço de manobra para os "agricultores que inovam" e os "agricultores que economizam", cujos padrões de desenvolvimento agrário são mais compatíveis com considerações ecológicas e de preservação da paisagem?

Isto levanta a seguinte questão importante: será que estas relações e mecanismos ativamente construídos (erroneamente representados como estruturas *sui generis*) realmente funcionam como um modelo? Isto é, eles realmente moldam de uma maneira determinada e inevitável a prática agrícola?

Evidentemente a resposta é não. Os padrões empíricos na agricultura não podem ser reduzidos a um núcleo estruturalmente determinado e rígido, com "resquícios arcaicos" específicos que continuam a induzir a desvios de segunda ordem. A heterogeneidade na agricultura implica não só a adoção ou aplicação de modelos agrícolas propostos pelo estado e por outras agências intervenientes, mas também uma ampla gama de modificações, transformações, reações e alternativas ativamente geradas, como ilustra a Figura 2. Estas modificações e reações, assim como a busca de novas estratégias, emergem a partir de estilos de agricultura, práticas agrícolas e relações sociais existentes, as quais simultaneamente reproduzem ou transformam.

Dessa interação extremamente complexa entre estratégias sociais surgem conjuntos particulares de relações e propriedades emergentes que, em contrapartida, se tornam pontos importantes de orientação e de definição de limites para os atores envolvidos. Estas características emergentes definem elementos das arenas em que são articulados projetos específicos e, através dessa articulação, elas moldam o desenvolvimento continuado dos próprios projetos.<sup>14</sup> Este efeito modelador não deve ser considerado uniforme,<sup>15</sup> e nem carrega em si uma lógica intrínseca própria. Ao invés, ele implica a existência de discontinuidades que geram uma variedade de formas sociais e culturais (Barth, 1981, p. 129-130).<sup>16</sup> Acreditamos que é aqui que reside a significância da análise de interfaces (Long, 1989, p. 221-243; ver também Hawkins, 1991, p. 279, sobre redes de interface).

<sup>14</sup> Apesar de nosso argumento ser desenvolvido aqui em relação ao desenvolvimento agrícola e aos estilos de agricultura, a ideia de projetos inter-relacionados é implícita em um estudo anterior de Long e Roberts (1984; ver também Long, 1980) sobre processos de desenvolvimento regional nas terras altas do Peru. Em contraste com os trabalhos prévios sobre estruturas regionais que definiam regiões consoante determinados padrões geográficos, econômicos e de mercado e/ou critérios administrativos, este estudo peruano procurou documentar as inter-relações dinâmicas entre diferentes setores de produção e entre diferentes grupos de interesse — camponeses, mineradores, empreendedores de pequeno porte, migrantes urbanos, gerentes de empresas, burocratas de estado e políticos de aldeias ou cidades rurais — de forma a compreender os padrões de desenvolvimento e identidade regional. O "sistema de produção local" baseado na extração mineira — uma abreviação para o complexo e variado conjunto de ligações que emergiram como uma consequência das lutas e negociações que ocorreram entre os diversos atores sociais envolvidos — era visto em distintas localizações sociais e em diferentes períodos históricos, e a forma que tomou foi apenas parcialmente moldada pelas ações dos "poderosos" enclaves extrativistas. Com efeito, certos grupos locais foram capazes de deter o enclave e desenvolver "projetos" que afetaram significativamente as estratégias e políticas promovidas pelo estado e pela companhia de mineração. Por conseguinte, a noção de um sistema regional baseado na indústria extrativista serviu para descrever os conjuntos emergentes, altamente diferenciados e constantemente renegociados de projetos interligados envolvendo todos os atores diretamente ou indiretamente ligados ao setor extrativo.

<sup>15</sup> Esse padrão diferenciado é altamente variável e flexível: assim que emergem novas interfaces negociadas, novos conjuntos de propriedades emergentes passam a existir.

<sup>16</sup> De acordo com Barth, as formas sociais "agregadas" (isto é, encontros, interações e interfaces sociais) resultam da capacidade gerativa dos atores de concordar ou discordar sobre o que é relevante em uma ocasião particular e, através disso, definir ou redefinir uma dada situação através das estratégias e modelos interpretativos que adotam.

Portanto, não são apenas o estado e os agentes de agronegócio (descritos como macroatores de acordo com Mouzelis, 1991, p. 38) que desenvolvem, promovem e tentam realizar seus projetos específicos. O mesmo ocorre, evidentemente, como enfatizamos acima, entre aqueles que, de uma perspectiva estruturalista, são considerados os mais negativamente afetados ou "marginalizados" pelos ditos macroatores. Os diferentes estilos de agricultura representam vários projetos de agricultores construídos de forma diferente. A antecipação de o que os outros atores podem fazer é um elemento central e estratégico nestes projetos. Ou seja, toda a gama de estilos, tal como são concretizados em um contexto particular, constitui um tipo de repertório cultural composto de uma variedade de respostas potenciais a tendências e mudanças nos mercados, na tecnologia e na política. Os projetos dos agricultores não são simplesmente relações àquelas que são, à primeira vista, impostos por atores externos mais poderosos. Eles são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam e/ou contrapõem.

É precisamente neste ponto que a questão do poder entra na análise. O poder é, de fato, intrínseco à elaboração, adaptação e reprodução de projetos, e é um elemento crucial na ação estratégica. Os projetos se consolidam ao longo de duas dimensões essenciais — a cognitiva e a organizacional. Além disso, é no processo de formação de ligações ou de distanciamento do projeto próprio relativamente ao dos outros que as relações de poder se tornam críticas. Essas conclusões nos levam a propor um repensar da noção de estrutura de acordo com as linhas sugeridas por Berger e Luckmann (1967, p. 48), que especificam que as formas estruturais relevantes podem ser identificadas no encontro complexo dos projetos (ou o que eles chamam de "tipificações sociais") e nos padrões variáveis de interação ativamente estabelecidos entre os atores envolvidos.<sup>17</sup> Vamos ilustrar esta afirmação com o exemplo da agricultura europeia, onde praticamente todas as unidades de produção, reprodução e consumo são baseadas numa tensão cuidadosamente administrada entre, por um lado, recursos controlados e reproduzidos de forma relativamente autônoma e, por outro lado, recursos derivados de mercados externos e, conseqüentemente, pelo menos parcialmente controlados por agências de mercado.

Esta tensão não só implica um "reservatório de possibilidades comportamentais", mas também o gerenciamento estratégico de recursos que permitem aos agricultores escolher entre alinhar ou distanciar seus projetos particulares daqueles propagados pelas instituições do estado e pelo agronegócio. Ou seja, os projetos e práticas dos agricultores, representantes do estado e agentes de agronegócio podem se inter-relacionar de maneiras variadas — tanto nas conceituações que suportam os projetos como na sua aprovação. Na verdade, é através dessas

<sup>17</sup> Esta definição pode sofrer a mesma crítica que Mouzelis (1991, p. 74) faz da formulação original de Berger e Luckmann, ou seja, que ela "negligencia os aspectos hierárquicos da sociedade". Porém, nós nos opomos fortemente a uma hierarquização fixada ou *a priori* de atores e agências macro *versus* micro. Apesar de o estado e seus grupos "dominantes" serem quase sempre capazes de impor seus modelos ou de criar espaços, em outras ocasiões, os membros da dita "classe grosseira" são capazes de abolir esses modelos ou de criar outros, implantar seus próprios modelos. A questão só pode ser resolvida através de uma análise de quem precisamente emerge como ator influente em arenas particulares de luta. Não existem motivos, sejam eles quais forem, para um tipo de identificação ontológica e *a priori* de "hierarquias" ou "estruturas", uma vez que, à medida que elas mesmas se manifestam como categorias relevantes para análise, elas têm necessariamente de surgir de uma compreensão das formas intrincadas em que os projetos dos atores interligam-se — um ponto que Mouzelis (1991, p. 32-33) acaba por reconhecer indiretamente através dos exemplos que apresenta.



inter-relações altamente variáveis entre projetos que a agência se manifesta (como argumentamos antes, a agência simboliza a capacidade de organizar relações sociais de tal forma que um estado pré-existente de acontecimentos ou curso de eventos é alterado). É através dessas inter-relações que projetos particulares se tornam efetivos e múltiplas formas sociais são produzidas, reproduzidas e transformadas.

Usando as denominações sociais corriqueiras, delimitadas na Figura 2, seria possível desenvolver detalhadamente as formas específicas como os projetos dos agricultores e de outros atores se inter-relacionam na agricultura holandesa. Porém, é suficiente fornecer apenas algumas observações neste capítulo (para detalhes, ver Roep *et al.*, 1991).

Os agricultores "ideais" ou "fanáticos" tendem a alinhar seus projetos particulares com aqueles propagados pelas agências estatais e com os interesses do agronegócio. Isso significa, em grande parte, que eles internalizam as visões expressas por estes atores. Isso se reflete claramente nos parâmetros usados para o planejamento e avaliação dentro da unidade agrícola e também em suas práticas agrícolas, que são administradas para atingir altos níveis de intensidade e também pliação em escala. Um conceito congruente com este forte envolvimento em projetos externos é o conceito popular de "caçadores de subsídios", uma etiqueta frequentemente aplicada por outros agricultores.

Este tipo de alinhamentos externos gera um padrão de necessidades e requisitos no interior da empresa agrícola. A dependência de financiamento externo, levando ao endividamento, e a dependência de várias formas de gerenciamento e conselhos especializados (sobre raças de gado, por exemplo) estimulam esses agricultores a expandir-se continuamente ao longo de linhas específicas, as quais, no final, simplesmente reconfirmam relações e práticas agrícolas já estabelecidas – embora cada unidade agrícola represente em si mesma um conjunto específico de respostas adaptativas. Por conseguinte, os agricultores ideais não devem ser vistos simplesmente como prisioneiros de uma estrutura externa. Eles entram em uma cadeia de decisões que os conduz a conjuntos específicos de relações sociais de produção e os leva a seguir lógicas particulares de agricultura. Quando "capturados", eles são capturados pelos projetos específicos que eles mesmos criaram e pela maneira como ligaram seus próprios projetos àqueles de outros atores.

O mesmo vale para os agricultores com atividades múltiplas, os independentes, os criadores de gado e assim por diante, os quais, ao contrário dos agricultores ideais, distanciam ativamente seus projetos do discurso e das estratégias das agências estatais e do agronegócio. Eles organizam suas relações com os mercados, com o desenvolvimento tecnológico e com a política agrária em formas que se diferenciam claramente dos padrões encontrados entre os seus colegas fanáticos. Em um nível material, o entrelaçamento com os mercados – refletindo níveis diferenciados de mercantilização – é visivelmente diferente (isto é, menos sistematizado). O mesmo acontece com o uso que eles fazem das diferentes formas de trocas socialmente reguladas e com a mobilização de recursos, assim como com a busca por e uma realização de modos alternativos de agricultura.

Em suma, a existência de estilos de agricultura de uma grande variedade em um contexto comum aponta para a necessidade de reconhecer "realidades múltiplas" em que estão imersas e simultaneamente reproduzem e transformam suas próprias "estruturas" específicas, cada uma sendo o resultado da ligação ativa ou distanciamento entre diferentes projetos e práticas.

## A questão da causalidade e das externalidades

Apesar de ser possível identificar inter-relações claras entre estilos de agricultura e conjuntos específicos de relações sociais de produção, continua sendo impossível construir padrões de causa unilineares, a partir dos quais esses estilos surjam como "efeitos" diretos de "causas" específicas. Tomemos o exemplo da mercantilização, a qual é claramente ligada tanto à direção como ao ritmo do crescimento ao nível da empresa agrícola (Long *et al.*, 1986).

Com níveis elevados de mercantilização e à medida que as relações de mercado e de preços penetram profundamente no núcleo do processo de produção, os objetos do trabalho, os instrumentos e a força de trabalho surgem cada vez mais como mercadorias no próprio processo de trabalho. Portanto, a dependência de mercados se torna um fenômeno empírico. O desenvolvimento de unidades agrícolas altamente mercantilizadas não só é condicionado pelas relações de mercado, como também emerge de forma imediata e aparente como determinado por essas relações. Ou seja, os estilos específicos são certamente baseados em uma lógica de mercado. Mas será que isso implica que o mercado deva ser compreendido como a causa desses estilos específicos? E estes estilos devem ser compreendidos como produtos unilineares desses mercados? Evidentemente que não, pois ao lado destes "agricultores ideais" altamente mercantilizados existem outros estilos de agricultura baseados numa maior autonomia *vis-à-vis* o mercado (Ploeg, 1986 e 1990).

Por conseguinte, em um dado contexto econômico, é provável encontrar estilos muito diferentes de agricultura, alguns deles fortemente ligados aos mercados e outros suficientemente longe deles para permitir um espaço de manobra considerável. Desta forma, os mercados em si não podem ser compreendidos como fatores de causa que explicam as particularidades da prática agrícola. Ademais, um aumento ou diminuição do grau de mercantilização na unidade agrícola raramente pode ser visto como uma "consequência não intencional", muito menos como o resultado cego de forças econômicas extremamente intensas. As relações de mercado são, no mínimo, mediadas, se não mesmo ativamente planejadas e construídas, pelos próprios atores. Alguns agricultores distanciam efetivamente seus processos de trabalho do mercado e outros se engajam nele, desenvolvendo o que Ranger (1985) denominou de "automercantilização". Isto é, as próprias ditas relações causais são ativamente construídas pelos agricultores de forma a que correspondam a estilos de agricultura particulares.

Portanto, a explicação para práticas sociais e estilos de agricultura específicos recai inevitavelmente sobre a análise dessas próprias práticas. A prática social não tem um *explanandum* claramente distinto, nem constitui em si mesma uma simples *explanans*. Na agricultura, os dois se fundem: um estilo de agricultura é, no fim, seu próprio *explanans*. É um *modus operandi* socialmente construído e, simultaneamente, o *opus operatum*.

O mesmo se aplica à tecnologia e a outras relações sociais de produção possíveis. A tecnologia introduzida pode ser considerada, e por isso tratada, como um modelo de reorganização contínua da agricultura, de forma que a última corresponda aos pressupostos e requisitos implícitos no design tecnológico. Porém, ela pode igualmente ser desconstruída para poder ser combinada seletivamente com outros elementos mais locais, de forma a se encaixar melhor num determinado estilo de agricultura (ao invés da reorganização da prática agrícola de forma a melhor se encaixar com as novas tecnologias).

Gostaríamos de enfatizar que a discussão anterior não pretende sugerir que os mercados, as instituições do estado, a tecnologia, a ecologia e outras ditas externalidades sejam irrelevantes para a análise da prática agrícola e para a heterogeneidade nela implícita. O ponto que pretendemos salientar é apenas que tais fatores não são relevantes como “determinantes” ou causas. Mais precisamente, isso depende de eles serem considerados limites autoevidentes além dos quais a ação é vista como inconcebível, ou limites que são alvo de negociação, reconsideração, sabotagem e/ou mudança, isto é, barreiras que devem ser movidas (Bourdieu, 1984, p. 480). Uma das principais complicações é que a tradução dos parâmetros econômicos, institucionais e tecnológicos em formas específicas de desenvolvimento das empresas agrícolas é cada vez mais objeto de intervenções que pretendem representar esses parâmetros externos como limites verdadeiramente autoevidentes e internalizados. Isto é, esses parâmetros são identificados e representados como estruturas orientadoras, se não mesmo coercivas, que são parte do jogo e que estão ligadas (diretamente ou indiretamente) a interesses e projetos específicos.

É neste ponto que as ciências agrárias e as ciências sociais possuem um papel crucial. As ciências agrárias, por exemplo, não se ocupam mais (como era o caso da agronomia tradicional) com o conhecimento da produção agrícola em todas as suas vertentes empíricas. Ao invés disso, essas ciências (incluindo a sociologia rural) se identificam cada vez mais com as ciências tecnológicas. Elas se envolvem na produção de um fluxo contínuo de modelos que indicam como a agricultura deveria ser (re)organizada, enquanto, ao mesmo tempo, demonstram uma ignorância crônica (e deslegitimação) sobre a agricultura como prática social altamente diversificada e sobre os modelos empíricos, agrônômicos e técnicos específicos que a acompanham. Isso torna as ciências agrárias uma das forças mais importantes no campo da prática agrícola. É através dessas ciências que novas práticas são apresentadas e legitimadas como a única forma correta de praticar agricultura, levando a que outras práticas sejam consideradas menos científicas. É isso que acontece especialmente nos casos em que as concepções científicas são adotadas por agências de desenvolvimento (por exemplo, pela indústria, pelo estado nacional e pela comunidade europeia) como diretrizes para as suas ações específicas.

### **Desconstruindo a intervenção planejada**

Como referimos na discussão anterior, os “projetos” específicos (usando o termo no sentido mais amplo de modelos para ação) das agências estatais têm frequentemente um papel crucial nos processos de desenvolvimento. Esses projetos são caracterizados em muitos estudos como as expressões estruturais das relações de classe, da lógica da acumulação ou de relações entre o estado e os camponeses. Consideramos essas interpretações extremamente simplistas, e defendemos que a noção de intervenção planejada necessita de uma desconstrução de forma que seja vista tal como é – ou seja, um processo contínuo, construído e negociado socialmente, e não simplesmente a execução de um plano de ação já especificado com resultados esperados (Long e Ploeg, 1989). Além disso, não se deve pressupor a existência de um processo *top-down* como é normalmente sugerido, porque as iniciativas tanto podem vir de baixo como de cima.

Por conseguinte, defendemos que o enfoque deve ser dado às *práticas* de intervenção criadas pela interação entre os vários participantes, ao invés de simplesmente aos *modelos* de

intervenção, que correspondem às construções tipicamente ideais que os planejadores ou seus clientes possuem sobre o processo. O uso da noção de práticas de intervenção permite um enfoque nas formas de interação, procedimentos, estratégias práticas e tipos de discurso e categorias culturais emergentes, que são presentes em contextos específicos. O problema central para análise é entender os processos através dos quais as intervenções externas entram na vida dos indivíduos e grupos afetados, assim se tornando parte dos recursos e restrições das estratégias sociais que esses grupos e indivíduos desenvolvem. Desta forma, os fatores externos se tornam internalizados e geralmente significam coisas completamente diferentes para diferentes grupos de interesse ou para os diferentes atores individuais, sejam eles executantes, clientes ou espectadores.

Em 1986, iniciamos uma nova pesquisa de campo a fim de explorar algumas destas questões de intervenção. A pesquisa incidiu sobre a organização da irrigação, as estratégias dos atores e a intervenção planejada no México ocidental. Com ela, pretendemos contribuir para diversos campos de interesse prático e teórico: o desenvolvimento de uma abordagem de interface que analise os encontros entre os diferentes grupos e indivíduos envolvidos nos processos de intervenção planejada; o estudo de iniciativas camponesas e da forma como os atores locais (incluindo os representantes de “topo” do governo) procuram criar espaço de manobra para que consigam desenvolver seus próprios “projetos”;<sup>18</sup> e o desenvolvimento de uma abordagem orientada aos atores para o estudo de problemas de irrigação e de gerenciamento de água.<sup>19</sup>

O projeto consistiu num esforço coordenado de equipes, que necessitou de investigações de campo detalhadas em diferentes localidades e arenas de ação. Para pesquisar estes temas de uma maneira integrada, adotamos uma metodologia orientada aos atores.<sup>20</sup> Essa metodologia teve certamente algumas implicações na forma como conceituamos as questões analíticas centrais. Em primeiro lugar, nós começamos por um interesse na organização da irrigação, e não nos sistemas de irrigação. Isso implicou uma preocupação em saber como os vários atores, ou partes, se organizavam em torno dos problemas de gerenciamento e distribuição de água. Tal procedimento implicou ir além da análise das propriedades físicas e técnicas dos diferentes sistemas de irrigação, para avaliar como os diferentes interesses, muitas vezes em conflito,

<sup>18</sup> Ver Long (1989) para uma primeira exploração de questões de interface e a emergência de “projetos” a partir de baixo. Diversos capítulos são dedicados a casos mexicanos.

<sup>19</sup> Além de Norman Long, a equipe de campo foi formada por Alberto Arce (especialista no estudo da burocracia agrícola), Dorien Brunt (estudioso da organização de agregados familiares, gênero e *ejido* – processo asteca pelo qual o governo retirava a terra das mãos privadas e a distribuía pelas pessoas da comunidade – na área da produção do açúcar), Humberto Gonzalez (investigador do papel dos empresários e empresas agrícolas mexicanas na agricultura de exportação), Elsa Guzman (analista da organização da produção de açúcar e as lutas que ocorreram entre os produtores de açúcar, o engenheiro e o governo), Gabriel Torres (interessado na organização social e na cultura de trabalhadores agrícolas), Magdalena Villarreal (encarregada da análise dos três tipos de grupos de mulheres e a questão da contraposição ao poder em uma comunidade *ejido*) e Pieter van der Zaag (responsável pela análise técnica e organizacional dos sistemas de irrigação). Depois de um período inicial de trabalho de campo, Lex Hoefsloot juntou-se ao grupo para desenvolver estudos socioeconômicos detalhados em uma área central do sistema de irrigação principal. Além disso, diversos estudantes holandeses e mexicanos contribuíram para o projeto. O trabalho foi bilateralmente financiado pela Wotro (Fundação Holandesa para o Desenvolvimento de Pesquisa nos Trópicos) e pela Fundação Ford.

<sup>20</sup> Ver Long (1989, p. 245-256) para uma lista dos tipos de estratégias de pesquisa e técnicas empregadas. Em Long e Long (1992) encontra-se uma discussão mais complexa da base teórica e metodológica de uma abordagem orientada aos atores para a etnografia.

procuravam controlar a distribuição de água ou garantir o acesso a ela e aos demais insumos da agricultura irrigada. Nesta perspectiva, a organização da irrigação surge como um conjunto de acordos sociais acertados entre as partes envolvidas, ao invés de simplesmente ditados pelo esquema físico e plano técnico, ou ainda pelas autoridades controladoras que construíram e possuem um papel importante na gestão do sistema. A organização da irrigação, portanto, não deve ser vista como um organograma ou esquema organizacional. Ela é constituída por um conjunto complexo de práticas sociais e modelos normativos e conceituais, formais e informais.

A segunda dimensão foi a questão das estratégias dos atores. Este conceito foi central para a nossa pesquisa porque nosso objetivo era interpretar a mudança agrícola e social como um resultado das lutas e negociações que ocorrem entre indivíduos e grupos com interesses sociais diferentes e, na maior parte das vezes, conflitantes. Como demonstramos nos exemplos europeus apresentados anteriormente, a estratégia é importante para a compreensão de como os produtores e outros habitantes rurais resolvem seus problemas de subsistência e organizam seus recursos. O conceito implica que os produtores e chefes de agregados familiares constroem ativamente, dentro dos limites que enfrentam, sua própria estruturação da organização da agricultura e da unidade familiar e suas próprias formas de lidar com as agências intervenientes. O mesmo acontece com os burocratas governamentais ou agentes empresariais: eles também procuram lidar organizacional e cognitivamente com o mundo em constante mudança à sua volta através do desenvolvimento de estratégias para perseguir vários objetivos pessoais e institucionais. O mesmo se aplica aos diaristas, embora no caso destes trabalhadores as restrições nas escolhas sejam mais severas.

A terceira questão explorada foi a natureza das intervenções planejadas. Essa questão cobria tanto as intervenções formalmente organizadas entre agências e estado como as companhias e empresas que procuravam organizar e controlar a produção e a comercialização de produtos agrícolas-chave. Como indicamos acima, este caminho de pesquisa salientou a importância de olhar as interações que aconteciam entre grupos locais e atores intervenientes. A intervenção é um processo transformacional contínuo constantemente reformulado pela sua própria dinâmica política e organizacional interna e pelas condições específicas que enfrenta ou que ela mesma cria, incluindo as respostas e estratégias de grupos locais e regionais, que podem lutar para definir e defender seus próprios espaços sociais, limites culturais e suas posições dentro do campo de poder mais vasto.

Este tipo de abordagem teórica envolve a compreensão de um fenômeno social mais amplo, porque muitas das escolhas identificadas e projetos desenvolvidos por estes indivíduos ou grupos terão sido moldados por processos externos aos seus campos imediatos de interação. No entanto, esta abordagem rejeita as noções causativas simples, tais como a lógica da mercantilização, a hegemonia do poder do estado, a subordinação do campesinato e a primazia das leis do desenvolvimento capitalista – e talvez até a própria noção de mercado.

### **Sobre heterogeneidade, "projetos" e o conceito de estrutura**

Os projetos dos atores são realizados em arenas específicas, tais como aquelas formadas por relações com o mercado, entre Estado e camponeses, agronegócio e camponeses ou entre

agricultores e representantes de agricultores. Isto é, cada projeto é articulado com os projetos, interesses e perspectivas de outros atores. Tal articulação é estratégica no sentido em que os atores envolvidos irão tentar antecipar as reações e estratégias possíveis dos outros atores e agências. A criação de coligações e/ou o distanciamento de determinados atores *vis-à-vis* outros é uma parte intrínseca desta ação estratégica.

As várias arenas nas quais os interesses agrícolas são seguidos contêm o que Benvenuti (1991) caracteriza como quase-estruturas, tais como, por exemplo, uma estrutura centralmente regulada de relações mercantis ou redes particulares de agências estatais comandando o poder autoritário e de alocação. No entanto, o fato é que estas "estruturas", como são normalmente chamadas, não são entidades desmembradas, nem têm um efeito estrutural uniforme e unilinear na prática agrícola. Nas ciências sociais há uma forte tendência em equiparar a noção de estrutura com a de *explanans*, de forma que as estruturas são concebidas como conjuntos específicos de forças direcionadoras, as quais, segundo o postulado, "explicam" certos fenômenos. Esse método é, obviamente, justificado pela postulação da noção de um modo genérico abstrato ou de um conjunto de "condições normais". Esperamos que não seja necessário referir que esse método é em essência inadequado (e ainda mais em tempos de agitação e mudança).

O que é necessário, portanto, é uma desconstrução completa da noção de estrutura. No entanto, sua reconstrução não pode ser realizada de forma isolada. Ela implica a explicitação das noções de agência (isto é, dos atores e seus projetos) e de heterogeneidade. Como referimos anteriormente, o primeiro requisito é um adeus definitivo à estrutura compreendida como *explanans*. Esse adeus é particularmente urgente nos casos em que a "estrutura" é vista como um conjunto de forças ou condições externas que definem e/ou regulam modos específicos de ação considerados obrigatórios ou necessários, enquanto outros modos são definidos como impossíveis (é neste aspecto que o determinismo é fundamentado).

Esta argumentação também se aplica a abordagens mais históricas que buscam um tipo de explicação estrutural situada no passado. A história nunca se relaciona de maneira unilinear ou uniforme com o presente e com o futuro. Como Kosik (1976) clarificou, essa relação é essencialmente dialética, envolvendo o possível e o real. A história sempre contém mais do que uma possibilidade, e o presente é a realização de somente uma delas. E o mesmo acontece com as inter-relações entre o presente e o futuro. O fato decisivo é o que Kosik chama de *praxis*, ou o que descrevemos como o processo pelo qual os projetos e as práticas dos atores se interligam e interagem para produzir formas ou propriedades emergentes. É através desta luta (que envolve tanto ações estratégicas quanto o recurso a um repertório de discursos e modos de argumentação) que certas possibilidades são excluídas e outras tornadas possíveis ou realizadas.

Tem sido argumentado que uma metodologia orientada aos atores negligencia as "relações sociais" e/ou o "cenário estrutural mais amplo". Nós nos opomos com veemência a esse argumento. Como sugerido acima, rejeitamos a noção de estrutura como *explanans*. Essa noção de estrutura equivale a nada mais do que uma materialização daquelas que são consideradas "tendências centrais" e, logo que a heterogeneidade é introduzida na análise, esta "abordagem estrutural" desaparece. Por outro lado, é importante enfatizar que nossa crítica não implica a rejeição do significado das relações sociais de produção, nem do conceito de relações sociais de produção. Pelo contrário, nossa ênfase reside na questão de como essas relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. Em termos mais substanciais, uma

estrutura pode ser caracterizada como um conjunto extremamente variável de propriedades emergentes que, por um lado, resulta da inter-relação e/ou distanciamento entre vários projetos de atores, enquanto, por outro lado, funciona como um importante ponto de referência para a posterior elaboração, negociação e confrontação de projetos dos atores.

Esta forma de compreender a noção de estrutura como o produto da inter-relação, interação, distanciamento e transformação mútua contínua entre diferentes projetos de atores, não implica que a estrutura seja apenas conceituada como a agregação de microepisódios, situações ou projetos. Não faria qualquer sentido argumentar que o funcionamento de, por exemplo, mercados de *commodities* ou instituições econômicas capitalistas poderia ser, em geral, totalmente descrito ou caracterizado *unicamente* através da observação do comportamento de compradores e vendedores individuais, ou de capitalistas e financiadores internacionais tomados individualmente. Marx salienta, e com razão, a existência de certas condições estruturais que tornam possíveis os processos de produção e troca capitalista. No entanto, não faria igualmente sentido afirmar que o funcionamento desses mercados de *commodities* e instituições poderia ser caracterizado por negligenciar completamente os atores envolvidos. De fato, é somente através da interligação dos projetos específicos de atores (por exemplo, planos simultâneos de comprar e vender bens e serviços específicos) que um mercado de *commodities* como tal emerge e é reproduzido.

Para melhor suportar nossa argumentação, tomamos a liberdade de apresentar um exemplo recente. Nos anos anteriores a 1985, surgiu um grande e relativamente novo mercado de *commodities* na agricultura holandesa. Esse mercado consistia em uma série de projetos interligados – entre eles, um em que os agricultores se especializaram na produção de leite em grande escala (ávidos por externalizar a tarefa onerosa da reprodução animal), e um em que os agricultores de pequena escala, incapazes de competir em termos iguais para o volume da produção de leite, decidiram se especializar na produção de bezerros. Porém, o ano de 1985 marcou o fim da circulação de bezerros como mercadorias. Novas condições estabelecidas pela comunidade europeia para a distribuição e redução de cotas de leite fizeram com que os agricultores de grande escala reconsiderassem sua estratégia e usassem o espaço recém-criado para criar seus próprios bezerros. O mercado para bezerros acabou por entrar em colapso como consequência de uma desarticulação repentina destes diferentes projetos de agricultores.

Deixando de lado os detalhes, a conclusão crucial é que aquilo que à primeira vista parecia ser uma característica estável ou estrutural, baseada em um circuito específico de mercadorias, estava de fato dependente de projetos agrícolas altamente específicos e de sua interação. Portanto, os produtos dos atores não são, como se supunha, simplesmente enraizados em cenários estruturais definidos por circuitos de mercadorias, etc. Pelo contrário, é através da forma como se interligam que eles criam, reproduzem e transformam “estruturas” particulares.

### **Análise orientada aos atores, pesquisas participativas e intervenção**

Gostaríamos de concluir com algumas considerações mais gerais sobre como uma perspectiva orientada aos atores se relaciona com discussões recentes sobre pesquisas partici-

pativas e intervenção (por exemplo, estratégias e metodologias *farmer-first*, e trabalhos sobre o conhecimento indígena ou local *vis-à-vis* o conhecimento científico).

Acreditamos que uma abordagem orientada aos atores tem implicações para a prática do desenvolvimento no sentido em que tem um papel de sensibilização a desempenhar *vis-à-vis* pesquisadores e executantes, sendo ambos também, é claro, importantes atores sociais. Essa abordagem visa oferecer um enquadramento conceitual flexível que englobe os processos de desenvolvimento – incluindo a intervenção planejada, mas não exclusivamente. No entanto, é importante enfatizar que uma abordagem orientada aos atores não é uma pesquisa-ação, mas uma abordagem teórica e metodológica para o entendimento de processos sociais. Esse tipo de abordagem está primariamente preocupado com a análise social, e não com a concepção ou gerenciamento de novos programas de intervenção. Seus conceitos analíticos orientadores são: agência e atores sociais; a noção de múltiplas realidades e arenas de luta onde visões do mundo e discursos diferentes se encontram; a ideia de encontros de interface e de interface em termos de discontinuidades de interesses, valores, conhecimentos e poder e heterogeneidade estrutural. Os conceitos relacionados incluem: estratégia e “projeto”; projetos interligados; estruturas intermediárias e diferenciadas; camadas organizacionais; redes de conhecimento e de poder; e processos de negociação e ajuste. Implícita nesta perspectiva teórica está uma interpretação não linear e não determinista de processos tais como a mercantilização, a incorporação institucional e cientifização, e uma nova compreensão do conceito de “estrutura”.

Embora estejamos preocupados com os problemas e necessidades dos agricultores de pequena escala, como muitos outros pesquisadores e praticantes do desenvolvimento, uma abordagem orientada aos atores não deve, como defendemos, ser tomada como uma espécie de panaceia nova para amenizar a pobreza, as incertezas e as vulnerabilidades de grupos desfavorecidos. Por conseguinte, não se deve equiparar uma abordagem orientada aos atores a uma pesquisa-ação participativa nem traduzi-la como uma metodologia para aumentar a capacidade dos grupos locais de produzir demandas. No entanto, é útil identificar e explicar a natureza e o grau do espaço social e político associado aos diferentes tipos de ator social – não só aos camponeses pobres, e a outras populações ditas marginalizadas, mas também a proprietários de terras, comerciantes, técnicos de extensão e políticos. Pretendemos argumentar, portanto, que esta abordagem pode constituir uma estrutura conceitual útil a vários atores sociais, para que analisem suas próprias circunstâncias de vida e para que avaliem possíveis estratégias de ação. Assim, ela pode incentivar a uma determinada forma de pensamento sobre questões sociais e possibilidades de mudança – e acreditamos que essa forma é mais otimista do que os modelos convencionais de classe, dependência ou modernização.

Mas como todos os tipos de parafusos teóricos, a abordagem orientada aos atores pode ser igualmente usada contra os pobres e fracos por aqueles em posições de influência ou autoridade. Por conseguinte, essa abordagem não deve ser alinhada, segundo Richards (1990), nem com o populismo de demanda nem com o de oferta, o primeiro envolvendo a promoção de interesses e demandas vindas de baixo, de grupos locais, e o último, envolvendo a ação dos clientelistas progressivos, intelectuais e outros observadores externos (os peritos ou gestores do conhecimento), cuja missão é fortalecer o autoaperfeiçoamento e a autoorganização entre os pobres e fracos.

Uma abordagem orientada aos atores deve ser bem sucedida ou fracassar consoante seus resultados analíticos. Ela não deve ser julgada por qualquer postura ideológica ou parâmetro preexistente. Embora reconheça que homens e mulheres podem mudar seus mundos – isto é, criar espaço para suas próprias atividades e ideias – essa perspectiva não oferece uma receita para “acertar no desenvolvimento certo”. Na verdade, ela salienta o fato importante de que o discurso e a ação do desenvolvimento envolvem essencialmente uma luta pelas imagens de desenvolvimento e a boa sociedade. Portanto, é necessário enfatizar também que a pesquisa orientada aos atores não deve ser vista como apologeta de estratégias econômicas neoliberais ou programas de ajuste estrutural. Ao invés, seus estudos devem desvendar a natureza imprevisível, estocástica, fragmentada e parcial da própria intervenção planejada. Os tipos particulares de intervenção (sejam baseados em uma estratégia ‘top-down’ ou ‘bottom-up’) devem ser integrados em um enquadramento de entendimento sociológico e histórico mais amplo, que identifique os atores, interesses, recursos, discursos e lutas cruciais nele envolvidos. Como enfatizaremos acima, a intervenção planejada deve ser desconstruída para permitir um afastamento teórico em relação a certas ortodoxias e simplificações existentes envolvendo a natureza e tendências de mudança estrutural e de articulação entre diferentes mundos cotidianos.

Esse esforço também aponta para a necessidade de desenvolver uma sociologia do conhecimento orientada aos atores, relativamente a processos de desenvolvimento. Como sugerido acima, isso colocaria em questão as simples distinções dicotômicas existentes entre o conhecimento indígena/local e o científico. Essas distinções são problemáticas, segundo nosso entendimento, porque os estudos detalhados orientados aos atores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias externas e tecnologias de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas. O encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve uma transformação ou tradução do conhecimento existente e uma fusão de horizontes (ou seja, a criação conjunta de conhecimento). Esse encontro também envolve a interpenetração dos mundos cotidianos e projetos de agricultores, extensionistas, planejadores, políticos e cientistas. Acreditamos que um novo olhar teórico baseado em uma perspectiva orientada aos atores sobre estas questões inter-relacionadas de conhecimento, poder e agência pode revitalizar a sociologia do desenvolvimento.

## Referências

- ARCE, A.; VILLARREAL, M.; DE VRIES, P. The social construction of rural development: discourses, practices and power. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development*. Harlow: Longman, 1994.
- ALAVI, H. Peasant classes and primordial loyalties. *Journal of Peasant Studies*, I (1), 1973.
- BARTH, F. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. I. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BENNETT, J. W. Management styles: a concept and a method for the analysis of family-operated agricultural enterprise. In: BARTLETT, P. F. (Ed.). *Agricultural decision making: anthropological contributions to rural development*. New York: Academic Press, 1980.
- BENNETT, J. W.; KANEL, D. Agricultural economics and economic anthropology: confrontation and accommodation. In: ORTIZ, S. (Ed.). *Economic anthropology: topics and theories*. New York: University Press of America, 1983.
- BENVENUTI, B. Geschriften over landbouw, structuur en technologie. *Wageningen Studies in Sociology*, Wageningen, n. 30, 1991.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. London: Allen Lane/Penguin, 1967.
- BERNSTEIN, H. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: Journal of Cultural and Social Practice*, 20, dec. 1986.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- . Men and machines. In: KNORR-CETINA, K. D.; CICOUREL, A. V. (Ed.). *Advances in social theory and methodology: toward and integration of micro and macro sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- . *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- BULMER, M. *The uses of social research: social investigation in public policymaking*. London: Allen & Unwin, 1982.
- CELEG, R. *Frameworks of power*. London: Sage, 1989.
- DE ROOIJ, S. *Werk van de tweedesort: boerinnen in de Melkveehouderij*. Assen/Maastricht: van Gorcum, 1992.
- DEWALT, B. R. *Modernization in a Mexican ejido: a study in economic adaptation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- ELWERT, G.; BIRSCHENK, T. (Ed.). Aid and development. Special issue, *Sociologia Ruralis*, XXVII (2), 1988.
- FAIDON, R. (Ed.). *Power and knowledge: anthropological and sociological approaches*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1985.
- FOSTER-CARTER, A. Can we articulate ‘articulation’? In: CLAMMER, J. (Ed.). *The new economic anthropology*. London: Macmillan, 1978.
- FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock, 1972.
- FRIEDMANN, H. The family farm in advanced capitalism: outline of a theory of simple commodity production in agriculture. In: BULTEL, F. H.; MURPHY, T. (Ed.). *The political economy of agriculture in advanced industrial societies*. New York: University Press of America, 1981.
- GIBBON, P.; NEOCOSMOS, M. Some problems in the political economy of ‘African socialism’. In: BERNSTEIN, H.; CAMPBELL, B. K. (Ed.). *Contradictions of accumulation in Africa: studies in economy and state*. Beverly Hills: Sage, 1985.
- GIDDENS, A. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan, 1979.

- \_\_\_\_\_. *The constitution of society: an outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GUDEMAN, S. *Economics as culture: models and metaphors of livelihood*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- HAWKINS, E. A. *Changing technologies: negotiating autonomy on Cheshire farms*. PhD thesis, South Bank Polytechnic, London, 1991.
- HINDESS, B. Actors and social relations. In: WADELL, M. I.; TURNER, S. P. (Ed.). *Sociological theory in transition*. Boston: Alien & Unwin, 1986.
- HIRST, P. Q. Constructed space and subject. In: FARDON, R.; (Ed.). *Power and knowledge: anthropological and sociological approaches*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1985.
- HOFSTEE, E. W. *Groningen van grasland naar botuwiand, 1750-1938: een agrarisch economische ontwikkeling als probleem van sociale verandering*. Wageningen: PUDOC, 1985.
- HYDEN, G. *Beyond Ujamaa in Tanzania: underdevelopment and an uncaptured peasantry*. London: Heinemann, 1980.
- DEJANVRY, A. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- KNORR-CETTINA, K. D. The micro-sociological challenge of the macro-sociological: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETTINA, K. D.; CICOUREL, A. V. (Ed.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro- and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- KOSIK, K. *Dialectics of the concrete: a study on problems of man and world*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1976.
- LATOURE, B. The powers of association. In: LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge and Kegan Paul, 1986.
- LONG, N. *An introduction to the sociology of rural development*. London: Tavistock/Westview Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. Mine-based regional economies: Andean examples, historical and contemporary. In: BANCK, G. A.; BUVE, R.; VROONHOVEN, L. van (Ed.). *State and region in Latin America: a workshop*. Amsterdam: Centre for Latin American Research and Documentation, 1980.
- \_\_\_\_\_. Creating space/or change: a perspective in the sociology of development. Inaugural lecture, Wageningen Agricultural University. Versão abreviada em *Sociologia Ruralis*, XXIV (3/4), 1984.
- \_\_\_\_\_. Sociological perspectives on agrarian development and state intervention. In: HALL, A.; MIDDLEY, J. (Ed.). *Development politics: sociological perspectives*. Manchester: Manchester University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. (Ed). Encounters at the interface: a perspective on social discontinuities in rural development. *Wageningen Studies in Sociology*, Wageningen, 27, 1989.
- \_\_\_\_\_. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 49, 1990.
- LONG, N.; LONG, A. (Ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. New challenges in the sociology of rural development: a rejoinder to Peter Vandergest. *Sociologia Ruralis*, XXVIII (1), 1988.
- \_\_\_\_\_. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, XXIX (3/4), 1989.
- \_\_\_\_\_. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994.
- LONG, N.; ROBERTS, B. *Miners, peasants and entrepreneurs: regional development in the Central Highlands of Peru*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- LONG, N.; PLOEG, J. D.; CURTIN, C.; BOX, L. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986.
- MARX, K. The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte. In: MARX, K. *Selected works*. 2 vol. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962 (1852).
- MOORE, S. F. Law and social change: the semi-autonomous social field as an appropriate subject of study. *Law Society Review*, summer 1973.
- MOUZELIS, N. P. *Back to sociological theory: the construction of social orders*. London: Macmillan, 1991.
- PELTO, P. J.; PELTO, G. H. Infra-cultural diversity: some theoretical issues. *American Ethnologist*, 3, 1975.
- PLOEG, J. D. van der. *La ristrutturazione del lavoro agricolo*. Rome: La Reda, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- PLOEG, J. D. van der; ROEP, D. *Bedrijfstijlen in de Zuidhollandse Veenweide-gobiieden: nieuwe perspectieven voor belied en belangenartiging*. Wageningen: Department of the Sociology of Rural Development, Wageningen Agricultural University, 1990.
- HANGER, T. *Peasant consciousness and guerrilla war in Zimbabwe*. London: James Currey, 1985.
- RICHARDS, P. Indigenous approaches to rural development: the agrarian populist tradition in West Africa. In: ALRIERI, M.; HECHT, S. (Ed.). *Agroecology and small farm development*. New York: CRC Press, 1990.
- ROEP, D.; PLOEG, J. D.; LEEUWIS, C. *Zicht op duurzaamheid en continuïteit, bedrijfstijlen in de Achterhoek*. Wageningen: Department of Sociology of Rural Development, Wageningen Agricultural University, 1991.
- SCHNEIDER, H. K. *Economic man: the anthropology of economics*. New York: Free Press, 1974.
- SCOTT, J. C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SMITH, G. *Livelihood and resistance: peasants and the politics of land reforming Peru*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- SPITTLER, G. Administration in a peasant state. *Sociologia Ruralis*, XXIII (2), 1983.

STERN, S. J. New approaches to the study of peasant rebellion and consciousness: implications of the Andean experience. In: STERN, S. J. (Ed.). *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world, 18th to 20th centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

STRATHERN, M. Knowing power and being equivocal: three Melanesian contexts. In: FARDON, R. (Ed.). *Power and knowledge: anthropological and sociological approaches*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1985.

VANDERGEEST, P. Commercialization and commoditization: a dialogue between peasant perspectives. *Sociologia Ruralis*, XXVIII (1), 1988.

VELSEN, J. van. *The politics of kinship: a study in social manipulation among the lakeside Tonga*. Manchester: Manchester University Press, 1964.

## Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência

Marcílio Moraes  
Édvard Mungodi

### Introdução

O estudo de "práticas, processos e formas de organização que vem sendo utilizadas pelos agricultores familiares para construir alternativas viáveis e sustentáveis" (Schneider, 2007) coloca desafios que não são apenas de caráter empírico, mas também analítico e teórico. Isso decorre da própria forma como estas questões foram estudadas no passado: apreendidas a partir de paradigmas conceituais que centravam toda a análise em forças estruturais macroeconômicas, como o movimento e acumulação de capital, ou em concepções dos processos tecnológicos como movimentos universais (a modernização, a revolução verde), ou ainda em uma genérica concepção do desenvolvimento das forças produtivas (Long e Ploeg, 2011). Estas concepções teóricas deixaram pouco espaço para o debate sobre as práticas individuais e coletivas de reprodução, inovação e gestão, bem como sobre os laços grupais, familiares ou comunitários, formais ou informais, que se desenvolvem em conjunto com os processos produtivos.

Tata-se de laços que tanto tem uma dimensão local (como as trocas informais, as associações comunitárias e cooperativas), ou articulações mais amplas nos planos regional, estadual e nacional (como os sindicatos, polos sindicais, fóruns de entidades, etc.). Neste contexto surgem questões muito relevantes para entender a reprodução social e a inovação, como, por exemplo: *como podem as entidades públicas com resultados mais eficientes?* Um outro conjunto de questões é *ter acesso às políticas públicas com resultados mais eficientes?* Um outro conjunto de questões é *avaliar como esse esforço de ação coletiva, bem como as respostas da ação do Estado repercutem na diversificação das economias locais e para o desenvolvimento rural?* Em que medida as inovações, as formas de ação coletiva e do Estado constituem um "novo modo de organização produtiva e sócio-técnica" (Schneider, 2007), ou seja, uma nova forma de "desenvolvimento rural", que pudesse ser avaliada como o despontar de novas "sementes" e "brotos" de uma nova paisagem rural, particularmente no campo da agricultura familiar camponesa? Entretanto, para perceber essa qualidade dos processos de mudança social no meio rural faz-se necessário uma metodologia sensível a estes processos que se desenvolvem na base. Assim, se impõe a questão: *como elaborar um arcabouço teórico capaz de apreender esses processos?* A questão não é nova, e vem sendo debatida nas últimas décadas pela Sociologia Rural e pela Sociologia do Desenvolvimento em muitos países, com destaque para a Inglaterra, França e EUA.

Em face da extensa e variada bibliografia existente é necessário fazer opções na recepção dos autores, mas, ao mesmo tempo, repensá-los a partir das indicações e demandas das próprias